

SUMÁRIO

ABREVIATURAS UTILIZADAS	9
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
Introdução	15
1. Delimitação do objeto do estudo. Apresentação do plano de trabalho	15
2. Concentrações de empresas: noções relevantes	25
2.1 Algumas notas introdutórias	25
2.2 Fatores determinantes que levam as empresas a se concentrar	29
2.3 Da necessidade do controle	36
2.4 Do auxílio das ciências econômicas	37
3. Política econômica da concorrência: a evolução do controle de concentrações de empresas nas diversas comunidades jurídicas	39
3.1 Diretrizes básicas do que se entende por política econômica da concorrência	39
3.2 A Comunidade Européia: do Memorando da Comissão Européia de 1.º de dezembro de 1965 até o Regulamento do Conselho 4.064/89	47
3.3 A evolução brasileira: de crime contra a economia popular à garantia do exercício da livre concorrência	59
Capítulo 1. A experiência comunitária	75
1.1 O controle de concentrações de empresas fundado nos Tratados: breve enunciado	75
1.1.1 Sob a vigência do Tratado da Comunidade Européia do Carvão e do Aço	75
1.1.2 Na vigência do Tratado da Comunidade Européia	84
1.2 O controle de concentração de empresas sob a vigência do Regulamento (CE) 4.064/89	130
1.2.1 Definição de operação de concentração no Regulamento (CE) 4.064/89	130
1.2.2 Da dimensão comunitária da operação	145
1.2.3 Da exclusividade da aplicação do regulamento às concentrações de dimensão comunitária e a cooperação com os Estados-membros. Derrogações ao princípio do balcão ou interlocutor único	157
1.2.4 Da obrigatoriedade da notificação prévia: alguns aspectos processuais	178
1.2.5. Procedimento de investigação: análise preliminar	190
1.2.6 Análise da operação notificada que suscitou “sérias dúvidas” de compatibilidade com o mercado comum	194
1.2.7 Dos poderes de investigação da Comissão	205

1.2.8	Garantias processuais das partes	210
1.2.9	A determinação do mercado relevante do serviço ou do produto e do mercado geográfico: algumas diretrizes	219
1.2.10	CrITÉrios de apreciação das operações de concentração	232
1.2.11	Efeitos extraterritoriais. A cooperação internacional: uma solução?	287
1.2.12	Aplicação residual dos artigos 81 e 82 às operações de concentração	294
Capítulo 2 – O Controle dos Atos de Concentração no Brasil		299
2.1	Da aplicabilidade da Lei 8.884/94	299
2.1.1	Delimitação do âmbito territorial	300
2.1.2	Delimitação das competências do CADE, SDE e SEAE	304
2.2	Da natureza contraditória do controle: preventivo <i>versus</i> <i>a posteriori</i>	309
2.2.1	Da possibilidade de consulta e dos seus efeitos	313
2.3	Atos sujeitos ao regime de notificação	317
2.3.1	A concentração econômica	317
2.3.2	Da obrigatoriedade de notificação dos atos de concentração	319
2.3.3	Derrogações? As controvérsias acerca dos atos de concentração no setor financeiro e as agências reguladoras	332
2.4	Fase instrutória	342
2.4.1	Da apresentação do ato de concentração e suas formalidades	342
2.4.2	Poderes de investigação: CADE, SDE e SEAE	352
2.4.3	Garantias processuais das partes	356
2.5	Da análise do ato de concentração	364
2.5.1	Alguns aspectos econômicos relevantes	364
2.5.2	Realização do balanço econômico: preenchimento das condições de eficiência econômica do § 1.º do artigo 54	374
2.5.3	Derrogações ao § 1.º do artigo 54	384
2.6	Fase decisória. Tipos de decisões	385
2.6.1	Autorização por decurso de prazo	386
2.6.2	Autorização: em razão de ausência de prejuÍzos à livre concorrência ou não-formação de posição dominante	388
2.6.3	Tratamento das restrições acessórias	390
2.6.4	Autorização mediante a assinatura de Compromisso de Desempenho	394
2.6.5	Não-aprovação da operação: efeitos	403
2.7	Da possibilidade de revisão da decisão de autorização de um ato de concentração	408
2.8	Da possibilidade de reapreciação de uma decisão de não-aprovação	413
2.9	Controle pelo Poder Judiciário. Limites?	415

Capítulo 3 – Controle de Concentrações de Empresas no Mercosul	419
3.1 O controle da concorrência no Mercosul: algumas questões institucionais prévias	419
3.1.1 Origem do Mercosul e algumas questões institucionais prévias	419
3.1.2 O processo evolutivo do controle da concorrência	424
3.1.3 Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul (Protocolo de Fortaleza).....	428
3.1.4 Perspectivas para a instituição de um controle de concentrações de empresas no Mercosul	431
BIBLIOGRAFIA	437
DOCTRINA – LIVROS	437
DOCTRINA – ARTIGOS	444